

Delinquência Juvenil

**Teoria, Práticas
e Avaliação**

Margarida A. Santos
Carla Sofia Cardoso
Gilda Santos

Coordenação

PACTOR



Reservados todos os direitos, incluindo os de reprodução total ou parcial em qualquer formato ou de suporte e bases de dados, quaisquer que sejam os seus objetivos, sem prévia autorização expressa por escrito da Editora.

EDIÇÃO

PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação
Av. Praia da Vitória, 14 A – 1000-247 LISBOA
Tel: +351 213 511 448
pactor@pactor.pt
www.pactor.pt

DISTRIBUIÇÃO

Lidel – Edições Técnicas, Lda.
R. D. Estefânia, 183, R/C Dto. – 1049-057 LISBOA
Tel: +351 213 511 448
lidel@lidel.pt
www.lidel.pt

LIVRARIA

Av. Praia da Vitória, 14 A – 1000-247 LISBOA
Tel: +351 213 511 448
livraria@lidel.pt

Copyright © 2025, PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação
® Marca registada da FCA – Editora de Informática, Lda.
ISBN edição impressa: 978-989-693-191-9
1.ª edição impressa: junho de 2025

Paginação: Carlos Mendes
Impressão e acabamento: Cafilesa – Soluções Gráficas, Lda. – Venda do Pinheiro
Depósito Legal n.º 549206/25
Capa: José Manuel Reis
Imagem de capa: © Mutshino Artwork / Adobe Stock Photo

Todos os nossos livros passam por um rigoroso controlo de qualidade, no entanto, aconselhamos a consulta periódica do nosso *site* (www.pactor.pt) para fazer o *download* de eventuais correções.

Não nos responsabilizamos por desatualizações das hiperligações presentes nesta obra, que foram verificadas à data de publicação da mesma.

Os nomes comerciais referenciados neste livro têm patente registada.



Reservados todos os direitos. Esta publicação não pode ser reproduzida, nem transmitida, no todo ou em parte, por qualquer processo eletrónico, mecânico, fotocópia, digitalização, gravação, sistema de armazenamento e disponibilização de informação, *sítio Web*, *blogue* ou outros, sem prévia autorização escrita da Editora, exceto o permitido pelo CDADC, em termos de cópia privada pela AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada, através do pagamento das respetivas taxas.

ÍNDICE

Os Autores	XI
Prefácio	XXII
Introdução	XXIX

PARTE I – COMPORTAMENTO ANTISOCIAL E DELINQUÊNCIA JUVENIL: CONCEITOS, TEORIAS DESENVOLVIMENTAIS E FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO

CAPÍTULO 1

EVOLUÇÃO DO COMPORTAMENTO ANTISOCIAL AO LONGO DO CICLO DE VIDA: ABORDAGENS TEÓRICAS	3
<i>Margarida A. Santos, Gilda Santos e Carla Sofia Cardoso</i>	
Introdução	3
1.1 Teoria taxonómica de Moffitt	4
1.2 Teoria interacional de Thornberry e Krohn	9
1.3 Modelo de controlo social informal de Sampson e Laub	14
1.4 Teoria integrada e cognitiva do potencial antissocial de Farrington	16
Conclusão	20
Referências bibliográficas	22

CAPÍTULO 2

PREDITORES DOS COMPORTAMENTOS DE EXTERNALIZAÇÃO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	25
<i>Flávia Veppo, Isabel Soares e Joana Baptista</i>	
Introdução	25
2.1 Comportamentos de externalização na infância e adolescência	25
2.2 Perspetiva desenvolvimental dos comportamentos de externalização	29
2.3 Fatores de risco e fatores de proteção dos comportamentos de externalização	32

2.4 Base biológica e genética dos comportamentos de externalização	35
Conclusão	38
Referências bibliográficas	39

CAPÍTULO 3

FATORES DE RISCO E FATORES DE PROTEÇÃO PARA O COMPORTAMENTO AGRESSIVO: UMA PERSPETIVA BIOPSIOLÓGICA	45
<i>Mariana Sebastião Machado e Carla Sofia Cardoso</i>	
Introdução	45
3.1 Comportamento agressivo	46
3.2 Subtipos de comportamentos agressivos	46
3.3 Fatores de risco e fatores de proteção	48
3.4 Fatores biológicos	50
3.5 Fatores psicológicos	53
Conclusão	56
Referências bibliográficas	57

CAPÍTULO 4

UM MODELO VERBAL DA VIOLÊNCIA ESCOLAR: DAS CONDUTAS DESVIANTES AO EXTREMISMO VIOLENTO	65
<i>André Vilela Komatsu, Rafaelle C. S. Costa e Caio dos Santos de Andrade</i>	
Introdução	65
4.1 Uma abordagem “contextualista”, ecológica e complexa para a compreensão da violência escolar e dos seus efeitos	67
4.2 Fatores de risco e fatores de proteção para a violência escolar	69
4.3 Um modelo verbal para a violência escolar	72
4.4 Violência extrema em contexto escolar	78
Conclusão	84
Referências bibliográficas	85

ENTRE RISCOS E RESILIÊNCIA: O PAPEL DA COMUNIDADE NO COMPORTAMENTO ANTISOCIAL E DELINQUENTE JUVENIL 89

Samuel Moreira, Patrícia Damas e Inês Sousa Guedes

Introdução	89
5.1 A comunidade	89
5.2 Quadros teórico-empíricos sobre os efeitos da comunidade no comportamento	90
5.3 Fatores de risco e fatores de proteção comunitários do comportamento antissocial e delinquente juvenil	96
5.4 Programas e evidências empíricas	102
Conclusão	105
Referências bibliográficas	106

EFEITOS DA REAÇÃO FORMAL À DELINQUÊNCIA JUVENIL: O CONTRIBUTO DOS ESTUDOS LONGITUDINAIS 111

Josefina Castro

Introdução	111
6.1 Entre dissuasão e etiquetagem	112
6.2 Questões metodológicas	115
6.3 Estudos empíricos	117
Conclusão	131
Referências bibliográficas	132

MEDIDAS DE COMPORTAMENTO ANTISOCIAL E CRIMINAL AO LONGO DO CURSO DE VIDA 137

Hugo S. Gomes

Introdução	137
7.1 Definição de conceitos	138
7.2 Principais medidas de comportamentos antissociais	139
7.3 Desafios à qualidade dos autorrelatos de comportamento antissocial	142
Conclusão	149
Referências bibliográficas	151

SER-SE AMIGO: UMA ABORDAGEM SENSÍVEL E ÉTICA AO ESTUDO COM MENORES	157
<i>Ioannis Papadopoulos e Rita Faria</i>	
Introdução	157
8.1 A ética na investigação criminológica	159
8.2 Estudar menores não acompanhados em campos de refugiados	161
Conclusão	175
Referências bibliográficas	176

**PARTE II – PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO NO COMPORTAMENTO
ANTISSOCIAL E DELINQUENTE JUVENIL**

AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS: UMA REVISÃO TEÓRICA DE CONCEITOS, FINALIDADES E TIPOLOGIAS	185
<i>Gilda Santos, Margarida A. Santos e Carla Sofia Cardoso</i>	
Introdução	185
9.1 Avaliação de programas: Conceito e finalidades	186
9.2 Tipos e formas de avaliação de programas	188
9.3 Casos de estudo	200
Conclusão	205
Referências bibliográficas	206

PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO NA DELINQUÊNCIA JUVENIL: UMA REVISÃO DA LITERATURA	211
<i>Olga Cunha, Mónica Soares, Cláudia Gouveia e Sónia Caridade</i>	
Introdução	211
10.1 Génese e fatores de risco para a delinquência juvenil	212
10.2 Programas de intervenção na delinquência juvenil	215
Conclusão	223
Referências bibliográficas	223

“BOYS CAN’T TALK GIRLS TALK”*: PARA UMA INTERVENÇÃO RESPONSIVA AO GÊNERO NO SISTEMA DE JUSTIÇA JUVENIL PORTUGUÊS 229

Vera Duarte e Viviana Magalhães

Introdução	229
11.1 Abordagens responsivas ao gênero: Definições e desafios	230
11.2 O estudo: Enquadramento e método	236
Conclusão	245
Referências bibliográficas	246

PREVENÇÃO EM CONTEXTO ESCOLAR: AS BOAS PRÁTICAS E AS SUAS IMPLICAÇÕES 251

Inês Barbosa da Fonseca, Gilda Santos e Margarida A. Santos

Introdução	251
12.1 Gestão escolar e disciplinar	252
12.2 Gestão da sala de aula	255
12.3 Reorganização de turmas, anos e horários escolares	257
12.4 Treino de competências sociais	260
Conclusão	262
Referências bibliográficas	263

PROGRAMAS DE PREVENÇÃO DE BULLYING: O QUE SE SABE SOBRE A EFICÁCIA DAS PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DE COMBATE? 269

Samia Mercado Alvarenga, Giovana Freitas Oliveira, Déborah Rodrigues, Luiz Guilherme Scorzafave e Tiago Ferraz

Introdução	269
13.1 Casos de estudo	270
13.2 Discussão	283
Conclusão	287
Referências bibliográficas	288

A INTERVENÇÃO NA PARENTALIDADE COMO UMA ESTRATÉGIA PRIVILEGIADA DE PREVENÇÃO DO COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL E DELINQUENTE 293

Ana Catarina Canário e Orlanda Cruz

Introdução	293
14.1 Comportamento antissocial e delinquente	294
14.2 Papel da família e qualidade da parentalidade	297
14.3 Intervenção na parentalidade através de programas parentais	305
Conclusão	310
Referências bibliográficas	311

OS PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO PARENTAL NA PREVENÇÃO DO COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL E DA DELINQUÊNCIA JUVENIL: O CASO ESPECÍFICO DO PROGRAMA “ANOS INCRÍVEIS” 317

Tatiana Carvalho Homem, Maria Filomena da Fonseca Gaspar, Maria João Seabra-Santos e Andreia Fernandes Azevedo

Introdução	317
15.1 Fatores de risco implicados na emergência e manutenção dos problemas de comportamento	318
15.2 Programas de treino de competências parentais para prevenção e intervenção em famílias de crianças com problemas de comportamento	323
Conclusão	334
Referências bibliográficas	335

AS ORIGENS DAS TRAJETÓRIAS DESENVOLVIMENTAIS NO CENTRO DA PREVENÇÃO DO CRIME: UMA PROPOSTA PARA O FUTURO DOS SISTEMAS DE JUSTIÇA 341

Teresa Pereira e Miguel Basto-Pereira

Introdução	341
16.1 Fatores de risco para o comportamento antissocial: O atual estado da arte	342
16.2 A primeira linha de prevenção da reincidência nos países ocidentais: O modelo de Risco-Necessidade-Responsividade	343

16.3 As trajetórias desenvolvimentais: Enquadramento teórico	345
16.4 As sequências de fatores de risco para o comportamento criminal: Investigação científica e potencialidades	349
16.5 As necessidades criminógenas nas trajetórias desenvolvimentais: Do modelo de RNR às estratégias de intervenção do modelo de T-RNR	351
Conclusão	352
Referências bibliográficas	353

CAPÍTULO EXTRA

PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE “DESENVOLVIMENTO”	357
<i>Cândido da Agra (julho de 1988)</i>	
Nota introdutória por Josefina Castro	357
I. Preâmbulo	358
II. Análise histórico-epistemológica do conceito	361
III. Posições	370
Referências bibliográficas	373
Índice Remissivo	375

OS AUTORES

Coordenadoras e autoras

Margarida A. Santos

Licenciada, mestre e doutorada em Criminologia pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP), e licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC). Exerce funções de docência no 1.º e 2.º ciclos de estudos em Criminologia na UP e na Universidade Lusíada (UL) – Porto. Membro do Centro de Investigação Interdisciplinar em Justiça (CIJ) da FDUP, e do Centro de Estudos Jurídicos, Económicos, Internacionais e Ambientais (CEJEIA) da UL. Também integra a Comissão de Ética e a Comissão Científica do 3.º ciclo de estudos em Criminologia da FDUP. A sua investigação centra-se na prevenção desenvolvimental de comportamentos antissociais, delinquência juvenil, criminologia desenvolvimental e justiça restaurativa. Dentro destas áreas, destaca-se o seu interesse e a sua participação na conceptualização e implementação de programas de prevenção precoce da delinquência.

Carla Sofia Cardoso

Licenciada em Biologia (em 1994) pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP) e doutorada em Ciências Biomédicas (em 2002) pelo Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da UP. Professora Associada da Faculdade de Direito da UP (FDUP), onde leciona nos três ciclos de estudo em Criminologia. Membro integrado do Centro de Investigação Interdisciplinar em Justiça (CIJ) da FDUP e membro colaborador do Centro de Estudos Jurídicos, Económicos, Internacionais e Ambientais (CEJEIA). Tem como principais interesses de investigação a criminologia experimental e laboratorial, a criminologia biossocial e desenvolvimental, a segurança urbana e o policiamento.

Gilda Santos

Licenciada, mestre e doutora em Criminologia pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP). Professora Auxiliar na mesma instituição, sendo também Investigadora Integrada do Centro de Investigação Interdisciplinar em Justiça (CIJ). Vice-coordenadora, na FDUP, do Gabinete de Intercâmbios e Mobilidade e membro da Comissão Científica do mestrado em Criminologia. Secretária-Geral, desde 2014, da Associação Internacional de Criminologia de Língua Portuguesa (AICLP). Os seus principais interesses de investigação relacionam-se com a criminologia experimental e criminologia e prevenção

desenvolvimentais, particularmente no que respeita ao desenvolvimento, à implementação e à avaliação de programas de intervenção e prevenção do comportamento antissocial.

Autores

Ana Catarina Canário

Doutorada em Psicologia (em 2015) pela Universidade do Minho. Professora Auxiliar na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (FPCE) da Universidade do Porto (UP) e membro integrado do Centro de Psicologia da mesma instituição. O seu trabalho de investigação incide na avaliação de intervenções parentais, baseadas na evidência e implementadas presencialmente, através de tecnologias de informação e comunicação. O seu trabalho de investigação é de carácter translacional e inclui múltiplas colaborações nacionais e internacionais, com contribuições para a literatura, prática profissional e elaboração de políticas no âmbito do apoio parental e familiar.

André Vilela Komatsu

Psicólogo. Mestre e doutorado em Psicologia, graus concedidos pela Universidade de São Paulo (USP), com estágio doutoral na Universidade de Barcelona. Pós-doutorado pelo Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da USP e pelo Max Planck Institute for Human Development, em Berlim. Pesquisador associado ao NEV-USP e vice-coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial (GEPDIP) da USP. Tem desenvolvido investigação sobre a prevenção da violência e dos seus efeitos, sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes em contextos adversos, e sobre os fatores que promovem resiliência e aplicação das ciências do desenvolvimento às questões legais.

Andreia Fernandes Azevedo

Psicóloga clínica e formadora. Doutorada em Psicologia Clínica pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (FPCE) da Universidade de Coimbra (UC). Mentora e supervisora certificada do programa “Anos Incríveis Básico para Pais” (AI-Básico). Investigadora do Centro de Investigação em Neuropsicologia e Intervenção Cognitivo-Comportamental (CINEICC). Integra a equipa de investigação do projeto “Anos Incríveis” da FPCE-UC, tendo nos últimos anos estado envolvida em vários projetos financiados no âmbito da promoção da saúde mental infantil, da parentalidade positiva e do sucesso escolar. Coautora do programa de educação parental para pais de adolescentes “Mais Família, Mais Jovem”. Os seus atuais interesses de investigação são os programas

baseados em evidências para pais e educadores/professores de crianças em idade pré-escolar, com e sem problemas de comportamento, e o estudo e a intervenção na perturbação de hiperatividade e défice de atenção (PHDA) em idades precoces.

Caio dos Santos de Andrade

Psicólogo formado na Universidade de São Paulo (USP) e estudante de mestrado do Departamento de Psicologia da mesma instituição. Investigador associado ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial (GEPDIP) da USP. Tem desenvolvido investigação sobre radicalização e atitudes extremistas com jovens adultos.

Cândido da Agra

Doutorado (em 1983) pela Université Catholique de Louvain, e mestre (*licence complémentaire*) (em 1980) pela mesma universidade. Foi Professor da Universidade de Porto, em exclusividade, de 1983 a 2017 (ano de jubilação), sendo, atualmente, Professor Catedrático Emérito na mesma instituição. Após a sua jubilação, colabora com a Universidade Lusíada – Porto, enquanto Professor Catedrático. Investigador integrado do Centro de Estudos Jurídicos e Económicos, Internacionais e Ambientais (CEJEIA) e investigador colaborador do Centro de Investigação Interdisciplinar em Justiça (CIJ). As suas principais áreas de investigação e ensino prendem-se com a epistemologia das ciências do comportamento, a epistemologia da ciência criminal, a filosofia do direito e a filosofia da ciência.

Cláudia Gouveia

Licenciada em Psicologia pela Universidade da Beira Interior (UBI), mestre em Psicologia Aplicada pela Universidade do Minho (UM) e bolseira de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), integrada no Centro de Investigação em Psicologia (CIPsi) da Escola de Psicologia (EPsi) da UM e no Institute of Mental Health Research do Royal Ottawa Health Care Group da Universidade de Ottawa (Canadá). Psicóloga e perita forense na Unidade de Consulta em Psicologia da Justiça e Comunitária (UCPJ) da Associação de Psicologia (APsi) da UM. Foi bolseira de investigação pelo CIPsi em projetos da Direção Superior de Justiça Juvenil (DSJJ) sobre reincidência e ajustamento social de jovens ofensores.

Déborah Rodrigues

Economista pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutoranda pela Universidade de São Paulo. Atualmente é investigadora no Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação e Economia Social (LEPES) na Agenda de Prevenção à Violência e Criminalidade.

Flávia Veppo

Bolseira de doutoramento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) na Universidade do Minho. Especializada em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade de Coimbra e em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). A sua investigação centra-se na área do toque afetivo, mediado por contextos adversos, e das suas repercussões no desenvolvimento infantil. Os seus estudos visam desenvolver estratégias de intervenção capazes de mitigar os impactos das experiências adversas intergeracionais, promovendo um desenvolvimento saudável em crianças em situação de vulnerabilidade. Integra o Laboratório Colaborativo ProChild, cuja missão é combater a pobreza e a exclusão social.

Giovana Freitas Oliveira

Licenciada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Assistente de investigação no Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação e Economia Social (LEPES) na Agenda de Prevenção à Violência e Criminalidade.

Hugo S. Gomes

Fullbright scholar, investigador no Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto (UP) e Professor Convidado na Escola de Criminologia da Faculdade de Direito da UP. É doutorado em Psicologia Aplicada pela Universidade do Minho, em colaboração com o Instituto de Criminologia da Universidade de Cambridge (Reino Unido). Os seus principais interesses de investigação incluem a compreensão do desenvolvimento do comportamento criminal e violento ao longo do curso de vida, da prevenção de criminalidade, métodos de investigação e da criminologia experimental. Recebeu o “2020 Student Paper Award” da Divisão de Criminologia Experimental da Sociedade Americana de Criminologia (ASC).

Inês Barbosa da Fonseca

Licenciada e mestre em Criminologia pela Escola de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Nos seus estudos, tem analisado os efeitos diretos e indiretos dos fatores escolares e das práticas parentais na delinquência juvenil. Atualmente, encontra-se a prosseguir estudos doutorais em Criminologia, nos quais interesses de investigação como delinquência juvenil, vínculos sociais, criminologia desenvolvimental e prevenção desenvolvimental focada no risco serão explorados mais além. Foi distinguida com uma bolsa individual de investigação de doutoramento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e faz parte da equipa de investigação do projeto “PROTECT-C”, financiado pela Fundação La Caixa.

Inês Sousa Guedes

Licenciada, mestre e doutorada pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Professora Auxiliar na mesma instituição, membro integrado do Centro de Investigação Interdisciplinar em Justiça (CIJ) e investigadora colaboradora no Centro de Estudos Jurídicos, Económicos, Internacionais e Ambientais (CEJEIA) da Universidade Lusíada. Vice-presidente do Conselho Pedagógico, membro da Comissão de Ética da FDUP e membro da Comissão Científica da licenciatura em Criminologia. Incorpora o Conselho Diretor da Associação Internacional de Criminologia de Língua Portuguesa (AICLP) e o European Working Group on Cybercrime. As suas áreas de interesse são o cibercrime, o medo do crime e a insegurança urbana.

Ioannis Papadopoulos

Professor de Criminologia na Universidade de Salford, Manchester (Reino Unido), e *fellow* da Academia de Ensino Superior. Após a conclusão da sua licenciatura em Direito, na Escola de Direito da Aristotle University of Thessaloniki (Grécia), continuou os seus estudos na Escola de Direito da Maastricht University (Países Baixos), tendo realizado o seu mestrado em Ciências Forenses, Criminologia e Direito. Subsequentemente, obteve o seu doutoramento pela Escola de Criminologia e de Justiça Criminal da University of Portsmouth (Reino Unido). A sua investigação centra-se na detenção de imigrantes, na Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas, na “crimigração” e nos métodos qualitativos. Interessa-se especialmente pela criminologia e pelos direitos humanos internacionais, com especial enfoque nos direitos das crianças em contexto migratório e em processos de detenção.

Isabel Soares

Professora Catedrática da Escola de Psicologia da Universidade do Minho, diretora do mestrado em Psicologia Clínica na Infância e Adolescência e coordenadora do Grupo de Estudos de Vinculação e Parentalidade, integrado no CIPsi. A sua investigação na área vinculação e psicopatologia do desenvolvimento incide no desenvolvimento de crianças e famílias em situação de elevada adversidade psicossocial. Com projetos financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e pela Fundação Bial e com publicações em livros e revistas científicas nacionais e internacionais, tem orientado dezenas de teses de mestrado e doutoramento. Foi a investigadora responsável pela candidatura à FCT do Laboratório Colaborativo ProChild, sendo atualmente presidente da direção.

Joana Baptista

Professora Auxiliar no Departamento de Psicologia do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (IUL) e membro integrado do Centro de Investigação e de Intervenção Social (CIS/ISCTE). Coordena o grupo de investigação “Comunidade, Educação e Desenvolvimento” do CIS/ISCTE. Os seus interesses de investigação incidem nas áreas da parentalidade e do desenvolvimento de crianças que estiveram expostas a experiências potencialmente traumáticas e de crianças em risco biológico. É autora de vários artigos científicos e coordenou o livro *Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens em Perigo: Manual para Profissionais* (PACTOR). Coordena e é membro da equipa de vários projetos de investigação com financiamento nacional e internacional.

Josefina Castro

Mestre em Criminologia pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP) e licenciada em Psicologia pela mesma universidade. Atualmente, é assistente convidada na Faculdade de Direito da Universidade Lusíada (UL) – Porto, onde leciona na licenciatura em Criminologia. É investigadora no Centro de Estudos Jurídicos, Económicos, Internacionais e Ambientais (CEJEIA) da UL, e no Centro de Investigação Interdisciplinar em Justiça (CIJ) da FDUP. Os seus principais interesses de investigação incluem delinquência juvenil, sistemas de controlo social e justiça restaurativa. Neste âmbito, tem participado em diversos projetos de investigação, tanto a nível nacional como internacional, e conta com várias publicações em autoria e coautoria.

Luiz Guilherme Scorzafave

Licenciado em Ciências Económicas (em 1997), mestre em Teoria Económica (em 2001) e doutorado em Economia (em 2004), graus concedidos pela Universidade de São Paulo. Professor Associado desta mesma instituição, no *campus* de Ribeirão Preto. Coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação e Economia Social (LEPES).

Maria Filomena da Fonseca Gaspar

Professora Associada da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (FPCE) da Universidade de Coimbra (UC). Licenciada em Psicologia, mestre e doutorada em Psicologia da Educação pela FPCE-UC. Investigadora do Centro de Estudos Sociais da UC e membro do Laboratório Colaborativo ProChild. Membro do consórcio internacional Investigation of Parental Burnout (IIPB) e formadora e supervisora nos programas “Incredible Years” (pais e educadores/professores) e “Parenting Wisely” e “Children in Between”. Autora do programa “Mais Família, Mais Criança” e coautora dos programas “Mais Família, Mais Jovem” e “Crianças no Meio do Conflito”. Terapeuta familiar pela Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar.

Maria João Seabra-Santos

Professora Associada com agregação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (FPCE) da Universidade de Coimbra (UC) e mentora certificada do Programa “Anos Incríveis Básico para Pais”. A sua atividade enquanto docente na licenciatura em Psicologia e em mestrados e doutoramentos inclui unidades curriculares em Avaliação Psicológica, Psicologia Clínica Sistémica, Intervenção Precoce e Intervenção Comunitária. Membro integrado do Centro de Investigação em Neuropsicologia e Intervenção Cognitivo-Comportamental (CINEICC). A sua investigação tem-se focado na aferição de instrumentos de avaliação psicológica e na validação empírica de programas de intervenção, direcionados sobretudo para a idade pré-escolar. Autora de capítulos de livros e de dezenas de artigos científicos.

Mariana Sebastião Machado

Mestre e licenciada em Criminologia pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP), onde atualmente frequenta o programa doutoral em Criminologia. Assistente convidada, desde 2021, no 1.º ciclo de estudos em Criminologia, na FDUP. Ao longo do seu percurso académico, foi galardoada com diferentes bolsas de mérito, destacando-se a Bolsa Individual de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) (2021.04650.BD). Os seus principais temas de investigação são a compreensão dos comportamentos agressivos, em diferentes contextos e populações, e o papel dos processos cognitivos e sociais na explicação deste fenómeno. Tem vindo a participar em eventos científicos, nacionais e internacionais, e é autora e coautora de artigos científicos e capítulos de livros no domínio da criminologia.

Miguel Basto-Pereira

Fundador e diretor do mestrado em Psicologia Forense e investigador no William James Center for Research no ISPA – Instituto Universitário. Mestre em Psicologia e em Estatística e doutorado em Psicologia Aplicada (à área da Justiça). Lidera o projeto “ChainPrevent”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), que investiga o impacto de vulnerabilidades multissistémicas no comportamento criminal. Neste projeto, foram propostos e testados novos conceitos teóricos que abrem novas perspetivas para a avaliação e prevenção de trajetórias criminais. Fundador e coordenador do “International Study of Pro/Antisocial Behavior in Young Adults”, iniciado em 2018 e conduzido em 10 países. Neste âmbito, recebeu o prémio da Divisão de Psicologia Internacional da American Psychological Association (APA). Tem publicado extensivamente nas áreas da criminologia do desenvolvimento e da psicologia criminal.

Mónica Soares

Mestre em Psicologia da Justiça (em 2013) pela Faculdade de Educação e Psicologia (FEP) da Universidade Católica Portuguesa (UCP) e doutoranda em Direitos Humanos no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (UC). Desde 2022, integra o Centro de Investigação em Psicologia (CIPsi) da Escola de Psicologia (EPsi) da Universidade do Minho (UM), enquanto bolsista de investigação no projeto “Avaliação Externa do Modelo de Acompanhamento Educativo”, levado a cabo em colaboração com a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP). Professora Convidada na FEP-UCP, no mestrado em Psicologia (área de especialização em Psicologia da Justiça) e na pós-graduação em Direitos Humanos. Anteriormente, nesta instituição, participou em projetos de investigação sobre delinquência juvenil, políticas de justiça e participação política. Foi investigadora visitante em mobilidade internacional em instituições académicas em países como o México, a Argentina e Cuba.

Olga Cunha

Doutorada em Psicologia (área de especialização em Psicologia da Justiça), pela Universidade do Minho (UM). Professora Auxiliar na Escola de Psicologia (EPsi) da UM, investigadora integrada do Centro de Investigação em Psicologia (CIPsi) da EPsi-UM, e coordenadora da Consulta para Ofensores da Associação de Psicologia (APsi) da UM. Especialista em Psicologia Clínica e da Saúde, com especialidade avançada em Psicologia da Justiça pela Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP). Foi Professora Auxiliar na Universidade Lusíada – Porto (2014-2020) e na Universidade Lusófona – Centro Universitário do Porto (2020-2024).

Orlanda Cruz

Professora Associada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (FPCE) da Universidade do Porto (UP) e investigadora no Centro de Psicologia da UP, coordenando o grupo de investigação em Desenvolvimento e Educação. Tem desenvolvido investigação na área da Psicologia do Desenvolvimento, da Parentalidade e da Intervenção na Parentalidade. Os seus interesses de investigação e atividades de extensão situam-se no âmbito da ciência da prevenção e da ciência da implementação, abordando particularmente a avaliação e implementação de intervenções parentais baseadas em evidência em contextos do mundo real. Integra a rede European Family Support Network (EurofamNet).

Patrícia Damas

Licenciada (em 2022) e mestre (em 2024) em Criminologia pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP). Atualmente, frequenta o doutoramento em Criminologia na mesma instituição, com um projeto que procura explorar a socialização legal de jovens no âmbito do sistema de justiça juvenil (SJJ), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Desempenha funções de assistente convidada, desde 2022, na FDUP, lecionando no 1.º ciclo de estudos em Criminologia.

Rafaelle C. S. Costa

Psicóloga. Mestre em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Doutoranda no Departamento de Psicologia da USP. Investigadora associada ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial (GEPDIP) da USP. Membro da equipa brasileira do “International Self-Report Delinquency Study” (ISRD4) e do “SAFe Project – Chile e Brasil”. Realizou estágio de pesquisa no Grupo de Estudios Avanzados en Violencia da Universidade de Barcelona (Espanha) e no Centre for Research on Inclusive Society da Universidade de Salford (Reino Unido). Tem desenvolvido investigação em temas como avaliação psicológica, violência e saúde mental na adolescência, métodos quantitativos e estudos transculturais.

Rita Faria

Professora Auxiliar na Escola de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP). Vice-diretora do Centro de Investigação Interdisciplinar em Justiça (CIJ) e membro do *board* da European Society of Criminology. Durante vários anos, pertenceu à Comissão de Ética da FDUP e à primeira composição da Comissão de Ética de Conduta Responsável na Investigação do i3S – Instituto de Investigação e Inovação em Saúde. Além das questões de ética e de integridade científica, tem-se especializado uso de métodos qualitativos em Criminologia, publicando regularmente nessa matéria.

Samia Mercado Alvarenga

Economista pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Mestre em economia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e doutoranda no Centro de Desenvolvimento de Planejamento Regional e Urbano (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Investigadora no Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação e Economia Social (LEPES) na Agenda de Prevenção à Violência e Criminalidade.

Samuel Moreira

Licenciado, mestre e doutorado em Criminologia pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP). Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade Lusíada (FDUL) do Porto e Professor Auxiliar Convocado da FDUP, lecionando em todos os ciclos de estudo em Criminologia. Simultaneamente, é membro da Comissão Científica do Doutoramento em Criminologia da FDUP. Investigador integrado no Centro de Estudos Jurídicos, Económicos, Internacionais e Ambientais (CEJEIA) da FDUL e investigador colaborador no Centro de Investigação Interdisciplinar em Justiça (CIJ) da FDUP. As suas principais áreas de leção e investigação incluem a (in)segurança, o policiamento e o cibercrime.

Sónia Caridade

Professora Auxiliar da Escola de Psicologia (EPsi) da Universidade do Minho (UM), onde é diretora da licenciatura em Psicologia. Investigadora integrada do Centro de Investigação em Psicologia (CIPsi) da EPsi-UM. Coordenadora do Crime & Tech Violence Research Group no âmbito do laboratório “Vítimas, Ofensores e Sistema de Justiça” do CIPsi da EPsi-UM. Especialista em Psicologia Clínica e da Saúde, com especialidade avançada em Psicologia da Justiça pela Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP).

Tatiana Carvalho Homem

Psicóloga. Doutorada em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (FPCE) da Universidade de Coimbra (UC). Mentora e supervisora certificada do programa “Anos Incríveis Básico para Pais” (AI-Básico). Investigadora do Centro de Investigação em Neuropsicologia e Intervenção Cognitivo-Comportamental (CINEICC), e integra a equipa de investigação do projeto “Anos Incríveis” da FPCE-UC, tendo nos últimos anos estado envolvida em vários projetos financiados no âmbito da promoção da saúde mental infantil, da parentalidade positiva e do sucesso escolar, e lecionado em diferentes estabelecimentos do ensino superior. Coautora e formadora do programa de educação parental para pais de adolescentes “Mais Família, Mais Jovem”. A sua investigação têm-se focado nos programas baseados em evidências para pais e educadores/professores de crianças em idade pré-escolar, com e sem problemas de comportamento, e na transição para a parentalidade. Exerce a sua atividade clínica no Psikontakt e é cofundadora da associação de solidariedade social Pais como Nós.

Teresa Pereira

Bolseira de investigação. Mestre em Psicologia do Comportamento Desviante e da Justiça pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (FPCE) da Universidade do Porto (UP). Atualmente, desenvolve o seu trabalho no William James Center for Research do ISPA – Instituto Universitário, no âmbito do projeto “ChainPrevent – The chain of events underlying the development and persistence of antisocial behavior: Moving Forward in Tailored Crime Prevention Strategies”, financiado pela Fundação da Ciência e Tecnologia (FCT).

Tiago Ferraz

Licenciado em Ciências Económicas (em 2005) pela Universidade Anhembi Morumbi, mestre em Economia (em 2016) pela Universidade de São Paulo (USP) e doutorado em Teoria Económica (em 2023) pela USP. Investigador na Agenda de Prevenção à Violência e Criminalidade e líder da Agenda de Transição Escola-Trabalho.

Vera Duarte

Socióloga. Doutorada em Sociologia (em 2011) pela Universidade do Minho, com um projeto financiado pela Fundação da Ciência e Tecnologia (FCT) sobre delinquência juvenil feminina. Professora Auxiliar na Universidade da Maia (UMAIA). Investigadora integrada do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG) no Instituto de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), e investigadora colaboradora no Centro Interdisciplinar em Ciências Sociais (CICS.NOVA). Coordenadora do mestrado de Criminologia da UMAIA. O trabalho de docência, produção científica e investigação tem sido, predominantemente, nas áreas da sociologia do crime e das marginalidades, com foco na delinquência juvenil, na criminalidade feminina, no sistema de justiça juvenil, na violência e nas metodologias qualitativas.

Viviana Magalhães

Licenciada em Criminologia (em 2019) pelo Instituto Universitário da Maia (ISMAI). Em 2021 prestou provas de mestrado em Criminologia, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP), sobre “A importância de uma intervenção responsiva ao género no Sistema de Justiça Juvenil: um estudo exploratório”. Em 2023, foi coautora de um artigo na revista *Sombras e Luzes* sobre “Intervenção focada no género: A perceção de técnicos de reinserção social relativamente à intervenção com os/as jovens”.

CAPÍTULO 1

EVOLUÇÃO DO COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL AO LONGO DO CICLO DE VIDA: ABORDAGENS TEÓRICAS*

Margarida A. Santos, Gilda Santos e Carla Sofia Cardoso

Introdução

Nas últimas décadas, a Criminologia Desenvolvidamental emergiu como um campo distinto e influente no estudo da delinquência e do comportamento antissocial. Este desenvolvimento resultou de um esforço contínuo por parte de criminólogos e psicólogos em compreender não apenas o “porquê” do comportamento criminoso, mas também o “como” e o “quando” ele se manifesta ao longo do ciclo de vida. Esta abordagem representa uma mudança significativa face às teorias criminológicas tradicionais, que, durante grande parte do século xx, se centraram em explicações estáticas das diferenças individuais no comportamento criminoso, negligenciando a sua evolução ao longo do tempo (Morizot & Kazemian, 2015).

As teorias desenvolvimentais surgem, assim, em resposta à necessidade de integrar a dinâmica do comportamento delinquente numa perspetiva de ciclo de vida, reconhecendo que a delinquência não é um fenómeno fixo ou isolado, mas antes um processo contínuo, influenciado por múltiplos fatores que interagem de forma complexa, desde a infância até à idade adulta. Este campo foi profundamente moldado pelos estudos longitudinais, que possibilitaram a observação dos indivíduos ao longo de vários anos e permitiram identificar padrões de continuidade e de mudança no comportamento delinquente (Farrington, 2003; Loeber & Le Blanc, 1990).

Ao contrário das teorias criminológicas clássicas, que tratavam o comportamento delinquente como um estado inerente ou como uma resposta a condições sociais ou individuais fixas, as teorias desenvolvimentais enfatizam a importância dos fatores temporais e

* O presente texto resulta de uma adaptação de um dos capítulos da tese de doutoramento da autora Margarida A. Santos, intitulada: “Fatores Individuais e de Socialização da Delinquência Juvenil: Uma Perspetiva Desenvolvidamental”.

contextuais. Estas teorias investigam não apenas o início do comportamento delinquente, mas também a sua persistência ou cessação, permitindo uma compreensão mais ampla das trajetórias individuais de delinquência. Além disso, reconhecem que o comportamento criminoso pode ser temporário ou episódico, em vez de uma característica estável ao longo da vida, abrindo espaço para a consideração de influências externas, como a família, a escola, o grupo de pares ou as oportunidades sociais (Piquero, 2015). Este grupo de teorias fornece, igualmente, uma base sólida para o desenvolvimento de estratégias de prevenção precoce do comportamento antissocial, sensíveis a períodos desenvolvimentais e a momentos críticos da vida de um indivíduo, potenciando o impacto da intervenção na interrupção de padrões delinquentes (Farrington & Welsh, 2007).

Neste capítulo, são apresentadas as teorias que mais expressividade têm alcançado no campo da Criminologia Desenvolvimental¹ devido à sua consolidação empírica e constante atualização teórica, mas que não esgotam, indubitavelmente, a produção teórica desenvolvida neste contexto. Sendo assim, serão descritas de forma mais detalhada a teoria taxonómica de Moffitt (1993), a teoria interacional de Thornberry e Krohn (2001), o modelo de controlo social informal de Sampson e Laub (1993) e a teoria integrada e cognitiva do potencial antissocial (ICAP) de Farrington (2005).

1.1 Teoria taxonómica de Moffitt

A teoria taxonómica de Moffitt (1993) teve como objetivo central elaborar um modelo do desenvolvimento do comportamento delinquente a partir de uma abordagem taxonómica, ou seja, a partir da identificação de diferentes tipos de ofensores, com percursos etiológicos na atividade transgressiva diferenciados e, portanto, diferentes trajetórias da atividade delinquente.

Partindo dos dados obtidos no “Dunedin Longitudinal Study” (Moffitt et al., 2001), a versão original da teoria propõe que existem duas tipologias de ofensores: os **ofensores limitados à adolescência** (OLA) e os **ofensores persistentes** (OP). Estas tipologias caracterizam-se por fatores de risco específicos e por uma trajetória delinquencial também ela distinta ao longo do ciclo da vida.²

¹ Outras teorias importantes da Criminologia Desenvolvimental são, por exemplo, a teoria desenvolvimental ecológica do envolvimento no crime (Wikström, 2005), o modelo hierárquico do desenvolvimento da atividade transgressiva (Loeber et al., 1993) e a teoria integrada de controlo pessoal do comportamento desviante (Le Blanc, 2005), entre outras.

² Posteriormente, a teoria foi alvo de uma reformulação que aponta para a existência de, pelo menos, mais dois grupos de ofensores: os **abstinentes**, um grupo minoritário de indivíduos que se abstém de delinquir ao longo de toda a vida; e os **ofensores de baixo nível**, cujos atos delinquentes parecem estar relacionados com problemas de saúde mental (Piquero & Moffitt, 2005).

CAPÍTULO 2

PREDITORES DOS COMPORTAMENTOS DE EXTERNALIZAÇÃO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Flávia Veppo, Isabel Soares e Joana Baptista

Introdução

Este capítulo tem como objetivo analisar os preditores dos comportamentos de externalização em crianças e adolescentes, com base numa revisão atualizada e abrangente da literatura nas áreas da Psicologia e Psicopatologia do Desenvolvimento. Os comportamentos de externalização abarcam uma série de comportamentos, como agressão, desafio e hiperatividade, que podem ter implicações significativas no desenvolvimento emocional, social e académico dos indivíduos. Ao longo deste capítulo, serão examinados fatores que contribuem para o surgimento e persistência dessa externalização, assim como fatores protetores. Serão abordadas características individuais, dinâmicas familiares, influências dos pares, fatores ambientais e predisposições genéticas. Adicionalmente, será discutido o papel da intervenção precoce e de medidas preventivas na mitigação dos riscos associados ao desenvolvimento de comportamentos de externalização, sublinhando a importância de compreender e intervir adequadamente em diferentes fases do desenvolvimento.

2.1 Comportamentos de externalização na infância e adolescência

Comportamentos de externalização referem-se a ações direcionadas ao ambiente externo, caracterizadas por interações comportamentais manifestas que geralmente envolvem agressividade ou desafio a normas e à autoridade. Tais comportamentos podem ser disruptivos e resultar em conflitos interpessoais com familiares, pares e figuras de autoridade, além de potenciais implicações legais. Apresentam variações que dependem da idade na qual se manifestam, sendo os problemas de saúde mental mais prevalentes entre crianças e adolescentes (Kjeldsen et al., 2021). Durante a infância, os

comportamentos de externalização são caracterizados pela desregulação emocional e marcados por acessos de raiva, agressão física, hiperatividade, desatenção e comportamentos desafiadores (Kauten & Barry, 2020; Lorber et al., 2015). A investigação sugere que défices nas funções executivas e de autorregulação estão associados à emergência de comportamentos de externalização. A distinção entre funcionamento executivo e autorregulação, para alguns autores, parece ser determinada pelo contexto e pelo método de avaliação. Enquanto a autorregulação corresponde à capacidade pela qual a criança demonstra a habilidade de se adaptar ao meio ambiente, utilizando estratégias eficazes para lidar com situações de maneira adaptativa, geralmente avaliada em contextos naturalísticos, as funções executivas englobam processos cognitivos como o controlo inibitório, a memória de trabalho, o planeamento e a flexibilidade cognitiva, e, geralmente, são avaliadas em condições mais controladas, permitindo uma análise mais específica das capacidades e limitações individuais (Finders et al., 2021).

Vários estudos científicos sugerem que défices nas funções executivas e na autorregulação são importantes preditores da emergência de perturbações mentais (Yang et al., 2022). Segundo o *Manual de Classificação Diagnóstica das Perturbações de Saúde Mental e do Desenvolvimento da Infância* (DC: 0-5) (Zero to Three, 2020), alguns sintomas associados à dificuldade em regular as próprias emoções e comportamentos enquadram-se nos critérios diagnósticos da: i) perturbação da desregulação da raiva e agressividade da primeira infância (PDRA), caracterizada por episódios frequentes de raiva, irritabilidade e comportamento agressivo desproporcional à situação, manifestando-se de forma intensa e inadequada perante frustrações mínimas; e ii) perturbação de oposição e desafio (POD), caracterizada por um padrão persistente de desobediência, hostilidade e resistência a figuras de autoridade e controlo, em que a criança se recusa a seguir instruções e, deliberadamente, provoca outras pessoas.

A investigação sugere que crianças que apresentam comportamentos de externalização evidenciam igualmente uma menor competência na tomada de decisões e no desempenho académico, além de menor autoestima e maior probabilidade de envolvimento em comportamentos antissociais (Flouri et al., 2018; Olivier et al., 2020; Zimmermann et al., 2013). Na adolescência, esses comportamentos geralmente estão associados a transgressão de normas, conduta disruptiva, causando prejuízos a terceiros e/ou a si próprio (e.g., roubo, abuso de substâncias) (American Psychiatric Association [APA], 2013). A literatura tem evidenciado que vários dos comportamentos de externalização, quando persistentes, tendem a estar associados a resultados adversos e a longo prazo, como atos delinquentes, personalidade antissocial (Bongers et al., 2008; Kjeldsen et al., 2021) e sintomas depressivos (LoParo et al., 2024). Portanto, parece haver um aumento

de gravidade desses comportamentos com resultados sociais mais negativos com o decorrer dos anos (Bongers et al., 2008).

Os problemas de externalização representam não apenas um desafio para os indivíduos que os manifestam, mas também têm um impacto significativo nas famílias, nas escolas e na sociedade em geral (Okano et al., 2020). É importante destacar que, quando os problemas de externalização surgem precocemente na vida de uma criança, podem estar associados a resultados desadaptativos em diversos domínios, incluindo outros problemas de saúde psicológica (Arslan et al., 2021). Sem intervenção adequada, esses problemas podem persistir e agravar-se ao longo do tempo, afetando negativamente o desenvolvimento e o bem-estar do indivíduo. Portanto, uma avaliação precisa dos problemas de externalização é necessária para identificar esses desafios precocemente e garantir que as crianças e adolescentes recebam o apoio necessário (Okano et al., 2020).

Tendo em conta a variedade de comportamentos de externalização, e de forma a organizar e sistematizar os estudos sobre esses comportamentos, Frick et al. (1993) conduziram uma metanálise abrangendo 44 estudos com mais de 28 mil crianças e adolescentes. Os autores identificaram quatro tipos de comportamentos de externalização através da análise de *cluster* – agressão, oposição, violação de propriedade e violação de regras –, que foram classificados em duas dimensões: manifesto *versus* encoberto (*overt/covert*), e destrutivo *versus* não destrutivo. Essa sistematização proporcionou uma base sólida para estudos subsequentes nesta área. Além disso, os resultados deste estudo sugerem que a idade de surgimento dos comportamentos de externalização pode influenciar significativamente os padrões específicos de covariância comportamental. O quadrante D (Figura 2.1) corresponde à idade mediana mais jovem, seguido pelos quadrantes B, A e C. Como esses dados foram obtidos por meio de relatos maternos, os autores recomendam a utilização de fontes adicionais em estudos longitudinais, de forma a corroborar com estes resultados.

Nesta linha de pesquisa, Bongers et al. (2004) analisaram as trajetórias destes grupos numa amostra longitudinal representativa, incluindo múltiplas coortes com idades entre os quatro e os 18 anos. Os resultados revelaram uma trajetória média decrescente para os comportamentos agressivos, de oposição e de violação de propriedade, e trajetórias crescentes para os comportamentos de violação de regras.

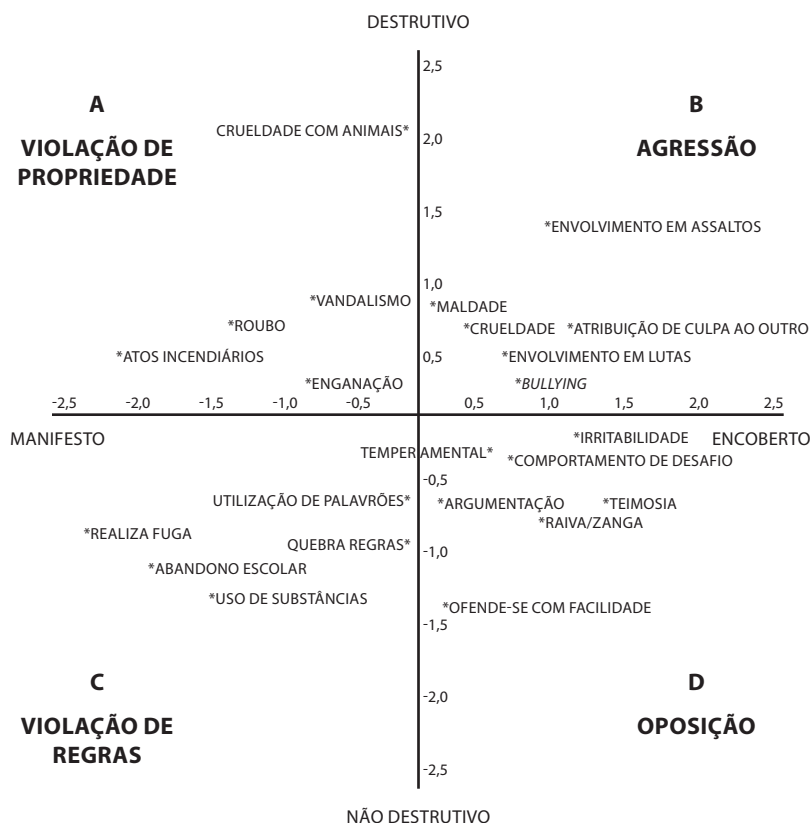


FIGURA 2.1 – RESULTADOS DA METANÁLISE DAS AVALIAÇÕES DE PAIS E PROFESSORES RELATIVOS AOS PROBLEMAS DE CONDUTA DA CRIANÇA MEDIANTE A TÉCNICA DO ESCALONAMENTO MULTIDIMENSIONAL
Fonte: Traduzido e adaptado de Frick et al. (1993).

Os comportamentos agressivos foram mais prevalentes entre crianças mais novas, especialmente entre os meninos, embora essa disparidade de gênero diminua na adolescência e, em grande parte, seja resolvida na idade adulta. O comportamento de oposição foi igualmente observado em maior escala entre os meninos durante a infância, porém, o mesmo não foi verificado na adolescência. Os autores consideram esse comportamento como sendo normativo durante a infância. Em relação à diminuição dos atos de violação de propriedade, esses dados são acautelados pelos autores devido a terem sido relatados pelos pais dos jovens, que podem não conhecer os atos dos seus filhos nas suas facetas mais graves. O aumento dos atos de violação de regras (quadrante C) é referido pelos autores como “não normativo”, considerando que a outra metade dos participantes apresentou trajetórias decrescentes, assim como outras pesquisas indicam (Jambon et al., 2019; Kjeldsen et al., 2021).

CAPÍTULO 8

SER-SE AMIGO: UMA ABORDAGEM SENSÍVEL E ÉTICA AO ESTUDO COM MENORES

Ioannis Papadopoulos e Rita Faria

Introdução

Os comportamentos antissociais e a delinquência juvenil são frequente e claramente definidos e identificados nas políticas públicas, no sistema de justiça e na opinião pública. No entanto, alguns comportamentos realizados por jovens são mais difíceis de etiquetar e, não raras vezes, os menores acumulam simultaneamente episódios delinquentes e de vitimação, sofrendo, por isso, crimes e danos ao mesmo tempo que cometem eles próprios atos danosos e desviantes. Além disso, muitas vezes surgem conflitos sobre a interpretação de comportamentos problemáticos realizado por jovens que conduzem, por isso, a situações de pânico moral e mal-estar social mais ou menos generalizado. Esta realidade é especialmente visível nos dias de hoje relativamente aos menores que chegam à Europa sem estarem acompanhados por adultos que por eles sejam responsáveis, ou seja, menores migrantes não acompanhados (MMNA), e que, no atual contexto de fluxos migratórios, são simultaneamente considerados como estando em situação de risco e como fonte de perigos.

Numa altura em que os movimentos migratórios estão a aumentar consideravelmente por todo o mundo, a Grécia tornou-se um foco de relevo, atendendo ao seu papel de país de entrada para números significativamente elevados de pessoas que buscam asilo e uma forma de entrar na União Europeia (UE). Aqui também se incluem MMNA que tentam escapar da insegurança dos seus países de origem e obter proteção internacional. A legislação grega determina que os MMNA que entram irregularmente no país (i.e., sem documentos legais de viagem, como um passaporte ou outra forma de identificação oficial) sejam colocados temporariamente em ambientes protetivos. Nestas situações, ficam a aguardar o encaminhamento para unidades de alojamento adequadas.

No entanto, na prática e até muito recentemente, os MMNA eram colocados em instalações de detenção perfeitamente desadequadas à sua condição e sujeitos a procedimentos inapropriados que dificilmente se podem considerar protetivos, muito menos em cumprimento com o regime legal em vigor e, mais importante, com a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (1989), de que a Grécia é signatária. Esta situação levanta questões cruciais sobre os direitos das crianças e as políticas migratórias internacionais – o que exige uma perspetiva crítica sobre o modo como estas crianças são consideradas merecedoras de proteção ou, pelo contrário, punidas –, ainda que de modo velado – por entrarem ilegalmente no país.

Este capítulo irá debruçar-se sobre as questões éticas a considerar quando se realiza trabalho empírico criminológico com crianças migrantes. Os exemplos provêm do estudo de Papadopoulos (2023), conduzido entre 2016 e 2020, e que pretendeu aceder às experiências vividas pelos menores não acompanhados que se encontravam na altura em centros de detenção na Grécia. Para se entender essas experiências e as condições em que as crianças se encontravam, foi dada voz aos participantes através da realização de entrevistas conduzidas segundo a Análise Fenomenológica Interpretativa (AFI)¹ – abordagem que exige grande proximidade com os participantes e intenso trabalho de campo. Assim, serão aqui apresentadas detalhadamente as considerações éticas, o planeamento realizado e os dilemas éticos que sucedem neste tipo de investigação e que consideram, particularmente, as vulnerabilidades dos participantes, as especificidades do método usado, o acesso ao terreno, o recrutamento dos participantes e a realização de entrevistas com menores.

Ainda que o capítulo apresente um estudo sobre MMNA em centros de detenção na Grécia, espera-se que daqui se possam retirar lições úteis para investigadores que recolhem dados com crianças vulneráveis, não acompanhadas por adultos, consideradas simultaneamente vítimas e delinquentes, ou em dispositivos de tipo detentivo, seja em Portugal ou noutros países. Além do mais, o capítulo é publicado numa altura em que inúmeros países europeus², o Parlamento Europeu e o Conselho da Europa acabam de concordar num novo Pacto para as Migrações e Asilo³, que fortalece a avaliação de risco e o uso de práticas de detenção para migrantes em situação de irregularidade que busquem asilo, incluindo para menores não acompanhados considerados ameaças à segurança dos países.

¹ “Interpretative Phenomenological Analysis” é a designação original tal como apresentada por Smith et al. (1999).

² A 13 de fevereiro de 2024, o jornal *Público* noticiava que “França e Países Baixos querem que crianças requerentes de asilo possam ser detidas nas fronteiras da UE” (Pena et al., 2024).

³ Para saber mais, consulte: <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2023/12/20/the-council-and-the-european-parliament-reach-breakthrough-in-reform-of-eu-asylum-and-migration-system/>

8.1 A ética na investigação criminológica

A ética na investigação é uma forma de ética aplicada que limita potenciais tentativas de se fazer ciência “a qualquer custo” e uma forma de ajudar os investigadores a decidir sobre o que é certo ou errado fazer quando se procede à recolha e análise de dados, mas também durante a disseminação de resultados científicos, particularmente em investigação que envolva participantes humanos. Em termos gerais, as considerações éticas surgiram para garantir o mínimo risco e dano a participantes da investigação, ao mesmo tempo que garantem a sua liberdade para consentir na participação (Faria, 2023). Com o passar dos anos, estas orientações, inicialmente produzidas para orientar a investigação médica, foram exportadas e aplicadas às Ciências Sociais, e o leque de riscos e danos alargou-se para incluir não apenas os físicos, mas também os emocionais, económicos, legais e outros. Mais recentemente, com a introdução do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) na Europa, procura-se assegurar que os participantes sejam protegidos de usos não autorizados – ilegítimos – dos seus dados pessoais ou sensíveis (incluindo dados genéticos, informação sobre preferências e vida sexual, crenças religiosas e outras), de tal modo que os investigadores devem considerar cuidadosamente as matérias do anonimato, da confidencialidade e do armazenamento seguro dos dados.

Mas a ética na investigação é também sobre identificar, pensar e resolver dilemas éticos que, não raro, acontecem durante o trabalho de campo (Faria, 2023) e que, em última instância, devem ser resolvidos com base nos princípios éticos gerais, que incluem o evitamento do sofrimento, a busca do benefício da ciência para todos, o respeito pela autonomia e autodeterminação e por princípios de justiça (ou equidade) (Flick, 2009).

No entanto, têm surgido críticas a estes processos, que procuram proteger os participantes humanos de danos, riscos, desconforto ou sofrimento criado pela sua participação na investigação empírica. Investigadores um pouco por todo o mundo alertam para o facto de o processo de tomada de decisão ética se ter submetido a um “processo formal de vigilância burocrática” (Haggerty, 2004, p. 393) que tende a desconfiar da competência e da responsabilidade profissional dos investigadores, de tal modo que o processo tem caído num “*ethics creep*” dominado por uma monitorização regulatória por parte de comissões de ética que acabam a limitar a investigação mais inovadora (Haggerty, 2004). Os autores consideram ainda que muitos procedimentos éticos em vigor limitam a investigação sobre tópicos específicos, como os crimes cometidos por pessoas em situação de poder, revelando-se incapazes de proteger os próprios investigadores das retaliações sofridas na sequência de investigação crítica sobre atividades danosas cometidas por aqueles atores (Faria & Eski, 2019).

Todavia, em geral, a ética na investigação procura proteger participantes de eventuais abusos sofridos com a investigação (Van Liempt & Bilger, 2018), prevenindo que sejam prejudicados ou explorados pelos investigadores e pelo processo de investigação (Liamputtong, 2024), e deve ser considerada em todas as etapas da investigação, não apenas na fase da recolha de dados (Petintseva et al., 2020). Especialmente na investigação criminológica, na qual, frequentemente, se pede aos participantes que partilhem histórias de trauma, vitimação, violência, crime ou estigma, deve existir especial proteção contra toda e qualquer forma de dano. Adicionalmente, o uso de metodologias qualitativas implica frequentemente uma interação intensa e grande proximidade com participantes e suas perspetivas sobre o mundo, de tal modo que aumentam as necessidades de desenvolver *standards* éticos claros quando se realizam, por exemplo, entrevistas ou trabalho etnográfico (Flick, 2009).

Em suma, por comparação com outras Ciências Sociais que estudam diferentes tópicos, a investigação criminológica tem potencial para causar mais danos psicológicos ou legais (Faria, 2023). Acresce que alguns participantes, devido à sua condição de vulnerabilidade ou de liberdade parcialmente limitada, estão em maior risco de sofrer formas de exploração durante a investigação. Tal pode suceder com reclusos ou pessoas em situação de detenção, assim como com menores e crianças, considerados, devido à sua idade, não serem totalmente capazes de julgar os riscos da sua participação e de entender cabalmente o processo em curso, de onde originam os limites na sua capacidade de consentir de forma perfeitamente informada. Conforme será mostrado neste capítulo, a propósito de um estudo com menores em centros de detenção, existem vários fatores de vulnerabilidade que devem ser considerados em termos éticos: os participantes são menores e não têm supervisão parental por terem chegado desacompanhados ao país; são considerados desviantes e delinquentes; estão ou estiveram em situação de detenção e, portanto, têm a sua liberdade limitada por terem entrado irregularmente no país de destino – neste caso, a Grécia; mas simultaneamente sofreram trauma e vitimação durante o processo migratório e vários são requerentes de proteção internacional.

Finalmente, resta saber se existe um conjunto de regras escritas e aceites que ajudem a orientação ética em estudos empíricos criminológicos. A Declaração de Ética da British Society of Criminology (2015), no seu artigo 9.º, por exemplo, declara que os investigadores devem dar atenção especial a temas relacionados com o consentimento “quando se procura obter a participação de crianças e jovens [...] incluindo a consideração sobre a necessidade de obter consentimento adicional por um adulto responsável aquando da participação do menor”, que todos os esforços devem ser realizados para se

PARTE II

PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO NO COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL E DELINQUENTE JUVENIL

CAPÍTULO 9

AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS: UMA REVISÃO TEÓRICA DE CONCEITOS, FINALIDADES E TIPOLOGIAS*

Gilda Santos, Margarida A. Santos e Carla Sofia Cardoso

Introdução

Ao longo das últimas décadas, vários têm sido os programas desenvolvidos e implementados sob o signo da prevenção desenvolvimental, dirigidos a diferentes atores e contextos, cujo principal objetivo é a prevenção de comportamentos antissociais e delinquentes apresentados por crianças e jovens (Thornberry et al., 1995; Tremblay et al., 2003).

Em grande medida, os resultados de revisões sistemáticas e de metanálises relativas a estes programas têm vindo a constatar os seus efeitos positivos, não só no que respeita à prevenção e redução deste tipo de comportamentos, mas também a melhorias noutras esferas da vida do indivíduo como a família, a saúde, a educação ou a atividade profissional (Weisburd et al., 2017).

Contudo, alguns estudos têm vindo também a demonstrar que nem todos os programas ou estratégias preventivas são eficazes (e.g., Dishion et al., 1999; Gottfredson et al., 2010; Santos et al., 2023; Zane et al., 2016). Efetivamente, como referem Weisburd et al. (2017):

[...] a ideia de que «*everything works*» é tão ingénua quanto a narrativa do «*nothing works*» do século passado. [...] existe muita evidência sobre práticas que são eficazes. Contudo, também há evidência de práticas menos eficazes e, mais importante, de práticas que podem inclusivamente provocar danos. (p. 438)

* O presente texto resulta de uma adaptação de um dos capítulos da tese de doutoramento da autora Gilda Santos, intitulada "Avaliação científica de programas: Desenvolvimento e implementação de um dispositivo de avaliação de impacto e de processo de um programa universal de prevenção precoce".

Assim, esta tomada de consciência despertou a atenção de profissionais, académicos e decisores políticos para a necessidade e a importância de se conduzirem avaliações rigorosas, sistemáticas e de elevada qualidade (Welsh & Farrington, 2012). A avaliação é fundamental para se aferir sobre a eficácia de programas e intervenções, devendo, por esse motivo, ser considerada como uma das etapas centrais no desenvolvimento e na implementação de esforços preventivos assentes numa lógica baseada na evidência, que, progressivamente, tem orientado a investigação e a ação e não se coaduna com a secundarização das atividades avaliativas (Hansen, 2002). Segundo Jaycox et al. (2006), um:

[...] programa baseado na evidência é aquele em relação ao qual foi demonstrado um impacto positivo relativamente aos resultados esperados, através de um estudo empírico. Não basta apenas implementar um programa; é crucial também poder afirmar-se que o programa é eficaz. (p. 321)

Assim, atendendo à sua relevância no âmbito dos programas de prevenção desenvolvimental, o presente capítulo procura suscitar a reflexão em torno da avaliação de programas. Para tal, num primeiro momento, analisa-se o próprio conceito de “avaliação de programas”, aludindo às suas principais finalidades e objetivos. Em seguida, são brevemente apresentados os diferentes tipos e formas que a avaliação de programas pode assumir, dando-se uma especial ênfase às avaliações de impacto e de processo, que ocupam um lugar de destaque ao nível dos programas de prevenção desenvolvimental. Este capítulo apresenta, ainda, uma breve revisão de estudos avaliativos desenvolvidos no âmbito de programas que visam a prevenção de comportamentos antissociais e delinquentes de crianças e jovens.

9.1 Avaliação de programas: Conceito e finalidades

Apesar de a sua origem remontar ao século xvii, a avaliação de programas tem um desenvolvimento relativamente moderno, sendo usualmente situada como uma prática emergente no final do século xx, início do século xxi, com forte crescimento após a Segunda Guerra Mundial (Rossi et al., 2004; Scriven, 1991). Embora, atualmente, esteja disseminada por diferentes áreas do conhecimento, o que lhe confere um carácter multidisciplinar e transversal, a avaliação de programas de natureza social teve a sua origem nos domínios da educação e da saúde pública. Esta partilha transdisciplinar, apesar de refletir a sua importância, acarreta dificuldades acrescidas no que concerne, desde logo, a sua própria definição (Rossi et al., 2004), dificuldades que se prendem, igualmente, com o grande número de atores envolvidos no processo avaliativo (e.g.,

decisores políticos, profissionais de terreno, investigadores e a própria comunidade) e com os juízos que estes elaboram quanto à forma, conteúdo e objetivos que devem orientar o desenvolvimento de uma avaliação (Lundberg, 2006).

Assim, é compreensível que não exista uma definição única para o conceito de “avaliação de programas” e que esta não se trate de uma prática unificada, que deriva de uma tradição específica. Não obstante, existem alguns elementos-chave que são transversais às diferentes definições e que se prendem com o facto de a avaliação de programas se tratar de uma atividade sistemática, planeada e com um objetivo, que visa a recolha de dados sobre questões e aspetos centrais do programa e cuja finalidade é produzir conhecimento fundamentado empiricamente, passível de informar processos de tomada de decisão (Lab, 2014; Lundberg, 2006; Patton, 2012a; Rossi et al., 2004; Russ-Eft & Preskill, 2009; Scriven, 1991).

Na sua definição, Patton (2012a) incorpora todos estes elementos, referindo que:

[...] avaliar é determinar o valor de alguma coisa, isto é, determinar o seu mérito, utilidade ou significância. A avaliação de programas é a aplicação sistemática de investigação para informar juízos avaliativos. Esta envolve a recolha sistemática de dados empíricos relativamente às atividades, características e resultados do programa a fim de elaborar juízos sobre o mérito [i.e., em que medida este vai ao encontro das necessidades do público-alvo para o qual foi concebido] ou utilidade [i.e., o valor extrínseco das atividades para aqueles que não são alvo das mesmas, por exemplo, para a comunidade em sentido lato] do programa, de potenciar a sua eficácia e/ou de fundamentar as decisões sobre implementações futuras. (p. 684)

Será de notar que a finalidade, a forma e o alcance de uma dada avaliação são sempre definidos em função do programa específico que se está a avaliar e estão assentes em diferentes critérios (Neumann et al., 2018), respeitantes não só ao contexto em que o programa é implementado, aos objetivos e resultados que se procura alcançar, ao público-alvo, aos profissionais envolvidos no mesmo e às relações interpessoais estabelecidas entre estes, mas também à própria natureza do programa e aos períodos temporais em que a avaliação está a ser desenvolvida e onde os resultados são esperados (Rossi et al., 2004).

Desta forma, a avaliação surge como fundamental para a produção de informação sobre a eficácia e a eficiência do programa em relação aos seus efeitos, à duração dos resultados e à sua manutenção, permitindo, em alguns casos, perceber quais as componentes de uma intervenção que são mais adequadas para alcançar um determinado objetivo (Capwell et al., 2000).

A introdução de melhorias ao longo da implementação do programa é também uma das finalidades primordiais da avaliação. Estas melhorias poderão ser alcançadas através de uma análise dos seus pontos fortes e fracos, da monitorização do processo de implementação e da verificação da adequação dos materiais e das estratégias utilizadas, tendo em conta o público a que se destina (Capwell et al., 2000; Lundberg, 2006; Patton, 2012a; Royse et al., 2010).

A utilidade e o mérito do programa podem ser determinados, por exemplo, através de análises de custo-benefício, que, por seu turno, facilitam o processo de tomada de decisão sobre a continuidade, replicação, expansão ou descontinuidade do programa. Do mesmo modo, a avaliação procura perceber em que medida o programa vai ao encontro das necessidades do público a que se destina, o que, por seu turno, permite o estabelecimento de prioridades em relação à definição de políticas públicas (Capwell et al., 2000; Lundberg, 2006; Patton, 2012a; Royse et al., 2010).

Por último, um grande objetivo da avaliação diz respeito à produção de conhecimento científico, particularmente: i) no domínio da tomada de decisão e definição de políticas públicas; e ii) no domínio teórico, dado que permite compreender de que forma determinados fatores teoricamente identificados como estando associados a um determinado resultado o são efetivamente. A avaliação de um programa permite, por exemplo, gerar dados quanto à possibilidade de generalização de uma determinada intervenção para outras populações ou contextos. Do mesmo modo, a avaliação possibilita a tradução dos dados, provenientes da implementação de um determinado programa, em informação útil para a definição de políticas de intervenção, para a conceção de novos programas e para a condução de investigações futuras (Capwell et al., 2000; Lundberg, 2006; Patton, 2012a).

Pelo exposto, poder-se-á concluir que a realização de uma avaliação procura distinguir as práticas efetivas daquelas que não o são, gerando conhecimento sobre as atividades desenvolvidas e as ações encetadas no seio do programa, a fim de disponibilizar um olhar alternativo sobre possíveis modificações que possam potenciar os seus efeitos (Hansen, 2002; Neumann et al., 2018).

9.2 Tipos e formas de avaliação de programas

Existem distintas categorizações para classificar e agrupar os diferentes tipos de avaliação de programas. Estas classificações, não sendo mutuamente exclusivas, concernem às finalidades da avaliação que se pretende desenvolver (Scriven, 1996). A categorização

CAPÍTULO 13

PROGRAMAS DE PREVENÇÃO DE *BULLYING*: O QUE SE SABE SOBRE A EFICÁCIA DAS PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DE COMBATE?

Samia Mercado Alvarenga, Giovana Freitas Oliveira, Déborah Rodrigues,
Luiz Guilherme Scorzafave e Tiago Ferraz

Introdução

Caracterizado pela repetição de agressões físicas e/ou verbais com a intenção de prejudicar indivíduos em desvantagem de poder, o *bullying* manifesta-se especialmente entre crianças e adolescentes em idade escolar, podendo acontecer de forma presencial ou virtual (Ruzgar & Zandavalli, 2023). Segundo um estudo da Organização das Nações Unidas (2016) em 18 países, metade das crianças e dos jovens investigados já tinham sofrido *bullying*. Conforme a United Nations International Children's Emergency Fund (UNICEF, 2019) expôs, em 30 países investigados, um em cada três jovens já sofreu *bullying* no ambiente virtual. Além disso, a cada cinco vítimas, uma abandona a escola devido aos sentimentos de vergonha, pavor e humilhação decorrentes dessas agressões nas redes sociais.

Se há alguns anos o *locus* mais frequente do *bullying* eram as escolas, a atual possibilidade de difusão instantânea de mensagens pelas redes sociais adicionou uma preocupação ainda maior com as consequências dessa prática nas relações da juventude. A ausência de limites físicos e temporais no ambiente virtual suscita que os estudantes fiquem vulneráveis a ataques 24 horas por dia, sete dias por semana, mesmo quando estão dentro das suas próprias casas (Maldonado, 2011).

O *bullying*, independentemente do local ou da forma como ocorre, gera sentimentos negativos e traumas que se podem prolongar até à vida adulta, causando prejuízos à saúde física e mental das vítimas. Esses impactos contribuem para o aumento da ansiedade, da depressão e do isolamento, sendo também um fator de risco para tentativas de suicídio (Otero et al., 2023). No ambiente escolar, o *bullying* prejudica o desempenho acadêmico dos estudantes e contribui para o aumento da violência, tornando a escola

um lugar inseguro (Duboc et al., 2021). A agressão, seja originada nas escolas ou propagada por elas, não interfere apenas no bem-estar dos envolvidos, mas também viola os direitos universais das crianças e dos adolescentes à saúde e à educação (Duboc et al., 2021). Portanto, a prevenção emerge como uma prioridade para os sistemas educacionais e de saúde pública nos mais diversos países.

Diante deste quadro preocupante, o objetivo do presente capítulo é fazer um levantamento das intervenções de prevenção e de combate ao *bullying* e ao *cyberbullying*, visando contribuir para a sistematização de boas práticas. Mais especificamente, procura-se a identificação de intervenções que tiveram avaliação de impacto e também bons resultados. Este mapeamento é fundamental diante da necessidade cada vez mais urgente de combater o *bullying*.

13.1 Casos de estudo

O método empregado neste capítulo consiste numa revisão da literatura, realizada com o propósito de identificar intervenções contra o *bullying* e o *cyberbullying*, além de sintetizar resultados de avaliações de impacto relacionadas com essas intervenções. Para a consulta, utilizou-se o descritor "*bullying*". Inicialmente, não foram adicionados outros descritores, tão-pouco foram definidos quaisquer critérios ou categorias adicionais, visando obter o maior número possível de resultados. As intervenções foram selecionadas por meio de consultas em repositórios especializados como o Blueprints for Healthy Youth Development, o guia da Early Intervention Foundation e o "Crime Solution" do National Institute of Justice.

Após o mapeamento dos programas, procuraram-se estudos que fornecessem evidências sobre o impacto das intervenções. Nesta etapa, foram utilizados os seguintes descritores: "*bullying program*", "*bullying prevention*", "*bullying programs schools*", "*anti-bullying programs evaluation*" e "*anti-bullying evaluation*", seguidos do nome dos programas, que foram interligados através do operador booleano "E". Como critérios de inclusão, consideraram-se artigos publicados nos últimos 23 anos em inglês, português ou espanhol. Foram priorizados apenas documentos classificados como artigos científicos, sendo excluídos ensaios, resumos, publicações em eventos e demais materiais que não haviam sido submetidos a avaliação revista por pares. Um novo filtro foi aplicado para descartar artigos estritamente teóricos.

Em geral, os programas de intervenção *anti-bullying* incorporam diversas ações voltadas para a promoção de um ambiente escolar positivo, o desenvolvimento de habilidades

sociais e emocionais, a implantação de métodos de aprendizagem cooperativa, a adoção de práticas restaurativas e a educação normativa. O mapeamento de programas e estudos está sintetizado na Tabela 13.1.

TABELA 13.1 – SÍNTESE DOS RESULTADOS DA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE PROGRAMAS ANTI-BULLYING			
PROGRAMA	AUTORES	AMOSTRA	LOCAL
Olweus Bullying Prevention Program (OBPP)	Olweus (2005)	42 escolas, 2500 alunos entre os 11 e 14 anos	Noruega
	Bauer et al. (2007)	10 escolas, 6518 alunos entre os 11 e 14 anos	Estados Unidos da América (EUA)
	Limber et al. (2018)	210 escolas, 70 998 alunos entre os oito e 17 anos	EUA
	Olweus et al. (2019)	95 escolas, 30 000 alunos entre os oito e 17 anos	
	Farrell et al. (2018)	Três escolas, 1791 alunos entre os 11 e 14 anos	EUA
	Sullivan et al. (2021)	Três escolas, 2755 alunos entre os 12 e 14 anos	
	Olweus et al. (2020)	172 escolas, 12 271 alunos entre os seis e 13 anos	Noruega
	Ossa et al. (2021)	16 escolas, 4894 alunos entre os 10 e 15 anos	Alemanha
Cooperative Learning	Van Ryzin & Roseth (2019), Van Ryzin et al. (2020a, 2020b)	15 escolas, 1890 alunos entre os 12 e 14 anos	EUA
Learning Together	Bonell et al. (2018, 2019)	40 escolas, 5960 alunos entre os 11 e 12 anos	Inglaterra
	Flay et al. (2006)	18 escolas, 5066 alunos entre os seis e 12 anos	EUA
	Flay et al. (2007)	14 escolas, alunos entre os seis e 12 anos	EUA
	Li et al. (2011)	14 escolas, 510 alunos entre os oito e 11 anos	
	Lewis et al. (2013)	14 escolas, 1170 alunos entre os oito e 14 anos	
Incredible Years Teacher Classroom Management (IY-TCM)	Baker-Henningham et al. (2012)	24 pré-escolas, 225 alunos entre os três e seis anos	Jamaica
	Vahedi et al. (2016)	40 professores	Irão

PROGRAMA	AUTORES	AMOSTRA	LOCAL
KiVa	Salmivalli et al. (2005)	16 escolas, 1220 crianças entre os nove e 12 anos	Finlândia
	Kärnä et al. (2011)	78 escolas, 8237 alunos entre os 10 e 12 anos	
	Salmivalli et al. (2011)	78 escolas, 5651 alunos entre os nove e 12 anos	
	Williford et al. (2013)	9914 alunos do ensino básico e secundário	
	Huitsing et al. (2020)	98 escolas, 4383 alunos entre os nove e 12 anos	Países Baixos
	Valenzuela et al. (2022)	78 escolas, 3968 alunos entre os 10 e 12 anos	Chile
Prev@Cib	Ortega-Barón et al. (2019)	660 alunos entre os 12 e 17 anos	Espanha

Fonte: Elaboração própria.

13.1.1 Olweus Bullying Prevention Program

O primeiro programa nacional de combate ao *bullying* em instituições escolares foi lançado pelo Ministério da Educação norueguês, em 1983, como uma versão inicial do que ficou conhecido posteriormente como OBPP. Este programa propõe que a escola estabeleça limites claros para condutas inaceitáveis e adote uma resposta positiva e consistente, que repudie atitudes hostis e reforce a transmissão de modelos positivos de comportamento. O OBPP envolve alunos, professores, pais e comunidade na promoção de um ambiente escolar positivo e seguro.

Os mecanismos de ação compreendem maior sensibilização e conhecimento sobre o *bullying*, o desenvolvimento normativo (que tem em consideração as mudanças universais inerentes ao desenvolvimento de crianças e adolescentes) e a prestação de apoio e de proteção às vítimas com estratégias multiníveis, que envolvem a escola como um todo, a sala de aula, os pais e a comunidade (Phillips, 2014). Todos os alunos participam do programa e aqueles que intimidam ou são intimidados recebem ações adicionais e individualizadas; inicialmente, é criado o Comité Coordenador de Prevenção do *Bullying*, com representantes da administração, professores, conselheiros, profissionais de saúde, pais e alunos (Olweus, 2005). Manuais, guias de reuniões e vídeos são fornecidos para apoiar a implantação do programa; ademais, é realizada formação para a equipa coordenadora e para todo o corpo docente (Black et al., 2010). Os membros do comité procuram o apoio da comunidade a fim de obter colaboração para que as estratégias de prevenção ao *bullying* sejam disseminadas fora da escola (Olweus et al., 2019).

CAPÍTULO EXTRA

PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE “DESENVOLVIMENTO”

Cândido da Agra (julho de 1988)

Nota introdutória por Josefina Castro

Esta obra termina com um capítulo da autoria de Cândido da Agra sobre o conceito de “desenvolvimento”. Seguramente um corpo estranho na economia da obra, seguramente um objeto estranho à Criminologia Desenvolvimental e às outras múltiplas projeções do saber que vão sendo enumeradas ao longo do seu texto: as disciplinas que, na constituição da sua trama científica e epistemológica, acolheram e (re)definiram os termos do “desenvolvimental”. De que se fala quando se fala de desenvolvimento? Ou, talvez melhor, o que fala nas falas sobre o desenvolvimento? Este exercício, necessariamente breve, pensado para ser dito numa conferência, há cerca de 40 anos, não é Psicologia, ainda que o autor o designe por “Epistemopsicologia”, não é Criminologia, e não é Psicologia do Desenvolvimento ou Criminologia Desenvolvimental. Trata-se de um exercício de “des-re-territorialização”, que se vai desenvolvendo segundo cortes, pelo esboroar de fronteiras e pela produção/desocultação de segmentos e relações sempre incertos e contingentes. O desenvolvimento como “objeto” de múltiplas disciplinas não lhe sobrevive, é certo. No entanto, também não é de natureza meramente discursiva, a não ser que os discursos sejam restituídos ao seu fundo intersticial, enquanto regimes de práticas e de experiências historicamente situadas.

O autor fez questão de justificar a sua inclusão na obra, e em diálogo com ela. Não seria preciso. E, sobretudo, não substitui a expressão da homenagem e do profundo agradecimento a um poder-pensar que, mesmo quando nos intriga, sempre nos acolhe e inspira.

O comportamento antissocial e delinquente de crianças e jovens ocupa um lugar central no campo da Criminologia contemporânea. Esta obra apresenta-se como uma referência abrangente e atual sobre o tema, reunindo contribuições de especialistas reconhecidos e integrando o conhecimento científico mais recente.

A partir de abordagens desenvolvimentais, como a Criminologia do *Life-Course*, o livro explora as origens, a persistência e a cessação dos comportamentos delinquentes ao longo da vida. Ao analisar fatores individuais, familiares e contextuais que moldam estas trajetórias, oferece uma visão profunda e fundamentada da complexidade do fenómeno.

Mais do que um diagnóstico, esta obra foca-se nas práticas de intervenção baseadas na evidência, que privilegiam a prevenção destes comportamentos.

Destinado, especialmente, a estudantes, académicos e profissionais das áreas da Criminologia, Psicologia, Direito, Serviço Social e Educação, este livro disponibiliza ferramentas concretas para pensar e agir face à delinquência juvenil de forma informada, crítica e transformadora.

Como destaque especial, a obra conta ainda com um capítulo inédito e de cunho histórico-filosófico do Professor Doutor Cândido da Agra, figura incontornável da Criminologia em língua portuguesa, numa justa homenagem ao seu legado académico e científico.

Temas relevantes:

- Comportamento antissocial
- Conceitos e teorias desenvolvimentais
- Fatores de risco e de proteção, e desistência do comportamento antissocial e delinquente
- Questões éticas no estudo e na intervenção com crianças e jovens
- Estudos empíricos e metodologias de investigação
- Tipologias e avaliação científica de programas dirigidos à prevenção deste fenómeno
- Programas de prevenção de comportamentos antissociais em contextos como a família, a escola e o sistema de justiça

Prefácio de Cândido da Agra

Professor Catedrático Emérito da Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP)

